#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EDITAL DE QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2022

#### SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2022 TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO

- O MUNICÍPIO DE CONTENDA, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará processo público de seleção para a escolha de entidade de direito privado sem fins lucrativos, a ser qualificada como Organização Social na área de atuação da saúde, para celebrar Contrato de Gestão de operacionalização e execução dos serviços de saúde do Hospital Municipal Hospital e Maternidade Miquelina Franco e Elisa B. Padilha
- A <u>QUALIFICAÇAO</u> das entidades sem fins lucrativos interessadas a se qualificar como organizações sociais no âmbitodo Município de Contenda, se fará sob as égides da lei municipal 1932/2021 e do Decreto Municipal 037/2022 e se fará realizar entre os dias 16/05/2022 e 30/05/2022.
- A QUALIFICAÇÃO É PRÉ REQUISITO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS NO CHAMAMENTO PUBLICO.

Concluídasas qualificações a presente seleção será processada através de **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 24, inciso XXIV, da Lei Federal n. 8.666/93, da Lei Federal n. 9.637, de 15 de maio de 1998, da Lei Municipal 1932/2021 — Decreto Municipal037/2022 e ainda o regramento correspondente às Normas do Sistema Único de Saúde — SUS emanadas do Ministério da Saúde — MS, além de condições fixadas neste Edital e seus Anexos, que poderão ser obtidos na página da internet do Município de Contenda-PR ou no Setor de Licitações situado no seguinte endereço: Av. Jõao Franco, nº400 centro, Contenda-PR.

## 1. OBJETO DO CHAMAMENTO PUBLICO

- 1.1. É objeto deste Edital e seus Anexos a contratação de entidade de direito privado sem fins lucrativos, a ser qualificada como Organização Social na área de atuação da saúde, para a gestão e operacionalização do Hospital e Maternidade Miquelina Franco e Elisa B. Padilha, no âmbito do Município de Contenda-PR, conforme especificações, quantitativos, regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde e demais obrigações a seguir indicadas:
- a) Prestação gratuita e universal dos serviços de atenção à saúde aos usuários no âmbito do SUS e conforme o Termo de Referência (Anexo I);
- b) Aquisição, gestão e logística de suprimentos farmacêuticos e hospitalares;
- c) Gestão, guarda, conservação e manutenção do prédio, terreno e dos bens inventariados pelo Município, incluindo os mobiliários e os equipamentos médico-hospitalares;
- d) Contratação e gestão de profissionais de todas as áreas concernentes à operação da unidade;
- e) Execução direta ou subcontratação e gestão, em qualquer caso, dos serviços necessários ao funcionamento da unidade, tais como lavanderia, alimentação, recepção, cumprindo as normativas legais vigente, higienização, segurança privada, serviços médicos, manejo e destinação de resíduos, Serviços Auxiliares de Diagnose e Terapia (SADT), conforme estabelecido no Termo de Referência, no Contrato de Gestão e nos respectivos Anexos;
- f) Implementação de processos de Humanização durante todo o período de atendimento;

- g) Administração da oferta de atenção e gestão dos serviços acessórios necessários ao funcionamento da unidade, manutenção predial e de conforto ambiental, engenharia clínica, tecnologia da informação, conforme estabelecido no Termo de Referência, no Contrato de Gestão e nos respectivos Anexos:
- h) Desenvolvimento conjunto, conforme normas, critérios e diretrizes da Secretaria Municipal da Saúde, de programas e ações de saúde para prevenção e controle de enfermidades vinculadas à saúde.

#### 2. PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Não poderá participar do Chamamento Público a entidade privada sem fins lucrativos que:
- 2.1.1. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- 2.1.2. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
- a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão supervisor ou a entidade supervisora;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- 2.1.3. Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por qualquer ente federativo, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos.
- 2.2. somente poderão participar da fase de chamamento publico as empresas qualificadas nos termos do preâmbulo do presente edital, com a devida apresentação do decreto de qualificação emitido pelo poder executivo de Contenda.
- 2.3. Poderá participar do processo seletivo, na condição de qualificação definitiva, a entidade privada sem fins lucrativos que, no momento da apresentação da documentação, não comprovar no registro de seu ato constitutivo um Conselho de Administração e diretoria definidos nos termos do estatuto, assegurando a composição e atribuições normativas e de controles básicos previstas na Lei Municipal 1932/2021.
- 2.3.1. A entidade que participar na condição de qualificação, prevista no item anterior, deverá preencher o Modelo de Requerimento de Qualificação constante do Anexo II aportadojunto a secretaria municipal de saúde do município entre as datas apontadas no prazo de qualificação previsto neste instrumento.
- 2.3.2. Para assegurar a composição e atribuições normativas e de controles básicos previstos na Lei Lei 1932/2021, a entidade poderá constituir um Conselho de Administração específico para a execução do objeto do Contrato de Gestão.

## 3. PRAZO

3.1. O Contrato de Gestão vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua respectiva celebração podendo ser, mediante termo aditivo, objeto de sucessivas renovações a critério da autoridade supervisora, condicionado à demonstração do cumprimento de seus termos e suas condições.

#### 4. ENTREGA DA PROPOSTA DE TRABALHO

- 4.1. A entrega do envelope contendo Documentação e Programa de Trabalho, ocorrerá entre os dias 06/06/2022 e 06/07/2022, com abertura no dia 08/07/2022, às 09 horas, na sala de reuniões do endereço Avenida João Franco, n. 400, diretamente à Comissão de Licitação do Município.
- 4.2. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para entrega das propostas poderão ser solicitados esclarecimentos por escrito à Comissão de Seleção e enviados ao seguinte email: licitacao@contenda.pr.gov.br. As informações serão prestadas no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas.
- 4.3. As entidades deverão assumir todos os custos associados à elaboração de suas propostas, não cabendo nenhuma indenização pela aquisição dos elementos necessários à organização e apresentação das propostas.
- 4.4. A entidade poderá se fazer representar por dirigente, ou por procurador, através de instrumento público ou particular, escrito e firmado por seu representante legal, a quem seja outorgado ou conferido amplos poderes de representação em todos os atos e termos do Edital.

- 4.4.1. Quando o representante se tratar de dirigente da entidade, deverá apresentar o Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor registrado em cartório, acompanhado da ata de comprovação da eleição de sua atual diretoria, registrados em Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- 4.4.2. Quando se tratar de representante designado pela Organização Social, o credenciamento deverá ser feito por meio de procuração pública ou particular, com dados de identificação do representante, devendo constar expressamente poderes de representação em todos os atos e termos do Edital.
- 4.4.3. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação de mais de 01 (uma) Organização Social na presente seleção.
- 4.4.4. Ficará impedido de quaisquer manifestações em referência a fatos relacionados com a presente seleção, o representante da Organização Social participante, que não apresentar o instrumento de representação, ou cuja documentação não atenda às especificações acima citadas.
- 4.5. Na análise, julgamento e classificação da Proposta de Trabalho apresentada serão observados os critérios definidos no Edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados.
- 4.6. A Documentação e a Proposta de Trabalho deverão ser entregues em 01 (um) envelope devidamente fechado, rotulado externamente com os seguintes informes:

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA-PR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2022 PROPOSTA DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO RAZÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

- 4.7. A Visita Técnica deverá ser agendada na Secretaria Municipal da Saúde, com a Diretora Sra. Sandra Terezinha Olech Ribeiro, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, pelo telefone (41) 3625-1131 devendo ser realizada entre os dias 06/06/2022 a 06/07/2022.
- 4.7.1. Na ocasião da visita ao Hospital Municipal, a Organização Social receberá o Atestado de Visita Técnica (Anexo III) devidamente assinado.
- 4.7.2. Justifica-se a necessidade de realização de visita técnicaem razão de que o HospitalMunicipal se encontra em funcionamento, o que permitirá a elaboração do plano de trabalho com a máxima precisão financeira possível.

# 5. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO

- 5.1. No envelope que trata o item 4.6. deste Edital, deverão ser apresentados um volume para a Proposta de Trabalho e outro para a Documentação.
- 5.1.1. A Proposta de Trabalho deverá ser elaborada tendo como base as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, sendo encabeçada por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, será apresentada em 01 (uma) via numerada e rubricada, sem emendas ou rasuras, para fins de apreciação quanto ao Roteiro previsto no Anexo IV e Parâmetros para pontuações previstos no Anexo V.
- 5.1.2. A Documentação apresentada deverá conter:
- I Cópia do seu ato constitutivo e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas na Lei Municipal 1932/2021.
- II Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
- III Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto do Contrato de Gestão, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, indicando local, natureza, volume, qualidade e cumprimento de prazos que permitam avaliar o desempenho da Organização Social, podendo ser admitidos:
- a) Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências.
- IV Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor, abrangendo inclusive os relativos à seguridade social, emitida pelo Ministério da Fazenda.

- V Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor.
- VI Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da entidade.
- VII Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- VIII Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;
- IX Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da entidade, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.
- X Declaração que atende ao disposto no artigo 7.°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.° 4.538/02.
- XI Apresentação de Atestado de Visita Técnica do HospitalMunicipal, conforme modelo (Anexo III).
- 5.1.3. No caso da entidade propor a criação de filial para a execução do Contrato de Gestão, a entidade deverá apresentar a documentação solicitada referente à matriz.
- 5.2. A não apresentação da documentação indicada item 5.1.2 implicará na desclassificação da Organização Social do processo seletivo.
- 5.3. Fica estabelecida a validade mínima da proposta por 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do seu recebimento pela Comissão de Seleção.
- 5.4. Fica facultada à Comissão de Seleção a verificação da autenticidade dos documentos apresentados, por quaisquer meios disponíveis.

### 6. SELEÇÃO DAS PROPOSTAS DE TRABALHO

- 6.1. A seleção das propostas de trabalho apresentadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos inscritas no Chamamento Público será realizada por Comissão de Seleção, a quem compete:
- I receber os documentos e programas de trabalho propostos no processo de seleção;
- II avaliar a documentação referente à habilitação definitiva, tendo em vista à qualificação de Organização Social;
- III avaliar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no Anexo V deste Edital, bem como declarar a vencedora do processo de seleção;
- IV receber e julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;
- V dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.
- 6.2. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações apresentadas ou para esclarecer dúvidas ou omissões.
- 6.3. A Comissão responsável pela avaliação elaborará, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, relatório conclusivo, que explicitará:
- I em relação a documentação apresentada pelas entidades:
- a) a relação das entidades privadas aptas a qualificação definitiva;
- b) a relação das entidades privadas inabilitadas e o motivo para
- II a classificação dos programas de trabalho apresentados das entidades aptas a qualificação definitiva, nos termos do Anexo
- 6.4. O resultado provisório, de acordo com o relatório conclusivo da Comissão de Seleção será publicado na imprensa oficial do Município e a íntegra do relatório será publicada no sítio eletrônico oficial do Município.
- 6.5. Do resultado provisório de que trata o item 6.4, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação, que será dirigido à Comissão responsável pela decisão recorrida e publicado no site do Município.
- 6.6. Após a interposição do recurso as outras proponentes, poderão oferecer contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 6.7. A Comissão recorrida terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado da data a que se refere o item 6.6, para análise.

- 6.8. Na hipótese de não haver reconsideração da decisão, os autos do processo de Chamamento Público serão encaminhados à autoridade superior para decisão sobre o recurso, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da data de decisão a que se refere o 6.7.
- 6.9. O resultado definitivo, contendo a classificação final será publicado na imprensa oficial do Município e a íntegra será publicada no sítio eletrônico oficial do Município, do qual não caberá mais recurso.
- 6.10. Caso todas as Propostas de Trabalho sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar às entidades participantes o prazo de, no mínimo, 08 (oito) dias para a apresentação de novas propostas.

## 7. ATO DE QUALIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

- 7.1. A qualificação de entidade privada como Organização Social será formalizada em ato do Prefeito Municipal, por meio de Decreto, devendo observar:
- I A classificação final no processo de seleção correspondente ao objeto de publicização atendidos os requisitos da Lei Municipal;
- II Haver aprovação, quanto ao cumprimento integral dos requisitos para sua qualificação, do Secretário ou Titular do órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social.
- 7.2. O ato de qualificação de entidade privada como Organização Social será específico e indicará a entidade privada qualificada, a atividade e o número do processo administrativo relativo ao Chamamento Público.

#### 8. DAS FASES DO PROCEDIMENTO

- 8.1 o procedimento será composto de três fases:
- 8.1.1. a primeira fase consistirá na qualificação das organizações interessadas.
- 8.1.2. A segunda fase consistirá na análise das propostas de trabalho e escolha da vencedora da técnicae preço.
- 8.1.3. a última fase consistirá na análise da documentação da organização vencedora do chamamentopublico.
- 8.2 regulamento das fases está previsto neste edital e seus anexos.

#### 9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. A participação da entidade no processo de seleção implica na sua aceitação integral e irretratável dos termos, cláusulas, condições e anexos do Edital, que passarão a integrar o Contrato de Gestão como se transcrito, com lastro na legislação referida no preâmbulo do Edital, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de seleção e execução do Contrato de Gestão.
- 9.2. É condição indispensável para a assinatura do Contrato de Gestão a prévia qualificação como Organização Social e o atendimento aos requisitos básicos de que trata a Lei Municipal 1932/2021
- 9.3. A partir da publicação do ato de qualificação de que trata o item anterior, a Organização Social terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura do Contrato de Gestão.
- 9.4. A entidade selecionada que deixar de comparecer para assinatura do Contrato de Gestão, no prazo estabelecido no item anterior, perderá o direito à contratação e poderá, desde que observado o contraditório e a ampla defesa, ser desqualificada como Organização Social.
- 9.5. Na ocorrência do estabelecido no item anterior, poderá a Administração convocar as entidades remanescentes, participantes do processo de seleção na ordem de classificação ou revogar o processo seletivo.
- 9.6. Integram o presente Edital, os seguintes Anexos:
- Anexo I Termo de Referência;
- Anexo II Modelo de Requerimento para Qualificação;
- Anexo III Atestado de Visita Técnica;
- Anexo IV Roteiro para Elaboração da Proposta de Trabalho;
- Anexo V Parâmetros de Avaliação da Proposta de Trabalho; e
- Anexo VI Minuta do Contrato de Gestão;
- Anexo VII Minuta do Termo de Permissão de Uso;
- Anexo VIII Roteiro para elaboração de proposta

9.7. Fica eleito o Foro da Comarca da Lapa para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Chamamento Público e do Contrato de Gestão dele decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Contenda 09/ de maio de 2022.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por: Paulo Sergio da Silva Código Identificador:9EFC24AD

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 12/05/2022. Edição 2516
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/